

EDUCAÇÃO E DIREITOS HUMANOS: OS DESAFIOS ENFRENTADOS NAS ESCOLAS

EDUCATION AND HUMAN RIGHTS: THE CHALLENGES FACED IN SCHOOLS

EDUCACIÓN Y DERECHOS HUMANOS: LOS DESAFÍOS QUE ENFRENTAN LAS ESCUELAS

Silvana Grijó Gurgel Costa Rego¹, Flávia Carolina da Silva², Nanderton Barbosa Cavalcanti³, Jakson Fernandes Lima⁴, Nilton Cezar Rodrigues Menezes⁵, Claudia Pelozzo Oliveira⁶, Davi Amancio de Souza⁷, Candida Joelma Leopoldino⁸, Claricy Alves Silva⁹, Galindo Pedro Ramos¹⁰, Vanderlan Pinho dos Santos¹¹, Daniel de Oliveira Alvarenga¹², Lilian Maria Santos da Silva¹³

DOI: 10.54899/dcs.v22i83.3661

Recibido: 26/09/2025 | Aceptado: 17/10/2025 | Publicación en línea: 27/10/2025.

RESUMO

Este artigo tem como objetivo analisar a relação entre a educação e os direitos humanos no Brasil, abordando os desafios enfrentados pelas escolas na implementação das normas constitucionais e na promoção de um ambiente educacional inclusivo. A pesquisa foi conduzida por meio de uma abordagem qualitativa, com uma amostra de 15 profissionais da educação, incluindo professores, gestores e pedagogos de diferentes níveis de ensino. A coleta de dados foi realizada por meio de entrevistas, com o auxílio de um roteiro de perguntas. Os resultados indicaram que, apesar da existência de um marco legal robusto em termos de direitos humanos e educação, ainda existem

¹ Especialista em Direito Público, Universidade Federal do Amazonas (UFAM), Manaus, Amazonas, Brasil.

E-mail: Silvanagurgel.adv@gmail.com

² Doutora em Educação, Universidade Federal do Paraná (UFPR), Curitiba, Paraná, Brasil.

E-mail: flavia1140@gmail.com

³ Mestrando em Direito, Universidade do Oeste de Santa Catarina (UNOESC), Chapecó, Santa Catarina, Brasil.

E-mail: nandertonbarbosa@gmail.com

⁴ Mestre, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Estado do Ceará (IFCE), Maracanaú, Ceará, Brasil.

E-mail: jaksonfernandeslima@gmail.com

⁵ Doutor em Ensino, Universidade do Vale do Taquari (UNIVATES), Bagé, Rio Grande do Sul.

E-mail: niltonmenezes@unipampa.edu.br

⁶ Lato Sensu em Gestão Escolar, em Nível de Especialização na área de Educação, Universidade Braz Cubas, Mogi das Cruzes, São Paulo, Brasil. E-mail: clauleju@hotmail.com

⁷ Mestre em Educação, Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), Vitória da Conquista, Bahia, Brasil.

E-mail: daviamancio95@gmail.com

⁸ Doutora em Direito, Universidade Federal do Paraná (UFPR), Curitiba. E-mail: canjl@hotmail.com

⁹ Mestre Profissional em Matemática, Universidade Estadual de Alagoas, Santana do Ipanema, Alagoas, Brasil.

E-mail: claricy.silva@professor.educ.al.gov.br

¹⁰ Mestrando, Cristian School of Orlando (UNICRISTIAN), Orlando, Flórida, Estados Unidos.

E-mail: galindopedror@gmail.com

¹¹ Mestre em Educação Profissional e Tecnológica, Instituto Federal do Piauí (IFPI), Parnaíba, Piauí.

E-mail: vanderlanpinho2@hotmail.com

¹² Mestrando em Direito Constitucional, Universidade Estácio de Sá (UNESA), Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil.

E-mail: advogado.danielalvarenga@gmail.com

¹³ Mestre em Educação, Educaler University, Flórida, Estados Unidos. E-mail: lilian.200826@yahoo.com.br

significativas dificuldades no ambiente escolar, como o preconceito, a falta de recursos e a resistência à mudança. Assim, evidencia-se a necessidade de uma capacitação continuada dos profissionais e a superação de desafios estruturais, como a desigualdade social, para que os direitos humanos sejam efetivamente garantidos na educação brasileira.

Palavras-chave: Educação. Direitos Humanos. Constituição.

ABSTRACT

This article aims to analyze the relationship between education and human rights in Brazil, addressing the challenges faced by schools in implementing constitutional norms and promoting an inclusive educational environment. The research was conducted using a qualitative approach, with a sample of 15 education professionals, including teachers, administrators, and educators from different levels of education. Data collection was conducted through interviews, using a questionnaire. The results indicated that, despite the existence of a robust legal framework in terms of human rights and education, significant difficulties remain in the school environment, such as prejudice, lack of resources, and resistance to change. Thus, the need for ongoing training of professionals and the overcoming of structural challenges, such as social inequality, is highlighted so that human rights are effectively guaranteed in Brazilian education.

Keywords: Education. Human Rights. Constitution.

RESUMEN

Este artículo busca analizar la relación entre la educación y los derechos humanos en Brasil, abordando los desafíos que enfrentan las escuelas para implementar las normas constitucionales y promover un entorno educativo inclusivo. La investigación se realizó con un enfoque cualitativo, con una muestra de 15 profesionales de la educación, incluyendo docentes, administradores y educadores de diferentes niveles educativos. La recopilación de datos se realizó mediante entrevistas y un cuestionario. Los resultados indicaron que, a pesar de la existencia de un marco legal sólido en materia de derechos humanos y educación, persisten importantes dificultades en el entorno escolar, como prejuicios, falta de recursos y resistencia al cambio. Por lo tanto, se destaca la necesidad de la formación continua de los profesionales y la superación de desafíos estructurales, como la desigualdad social, para que los derechos humanos se garanticen efectivamente en la educación brasileña.

Palabras clave: Educación. Derechos Humanos. Constitución.



Esta obra está bajo una [Licencia Creative Commons Atribución- NoComercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

INTRODUÇÃO

A educação é um dos pilares fundamentais para o desenvolvimento de qualquer sociedade,

e no Brasil, o direito à educação é garantido pela Constituição Federal de 1988, que também assegura a promoção dos direitos humanos em diversos aspectos da vida social. A articulação entre educação e direitos humanos se tornou um tema central nos debates contemporâneos sobre a construção de uma sociedade democrática, justa e inclusiva. No entanto, mesmo com avanços significativos no reconhecimento desses direitos, a realidade das escolas brasileiras ainda é marcada por desafios estruturais, sociais e culturais que dificultam a implementação efetiva das normas constitucionais (Saviani, 2013; Silva et al., 2025).

A Constituição Brasileira de 1988 (CF/88) estabelece a educação como um direito fundamental de todos os cidadãos, com o objetivo de garantir o acesso a uma educação de qualidade e a promoção dos direitos humanos dentro do sistema educacional. O Artigo 205 da CF/88 prevê que a educação deve ser destinada ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Além disso, o Artigo 206 detalha os princípios da educação, como a igualdade de condições de acesso e permanência, a liberdade de aprender, o pluralismo de ideias e a valorização do profissional de educação, entre outros (Chauí, 2022; Silva; Feitosa; Soares, 2025).

Entretanto, a aplicação desses princípios na prática escolar enfrenta uma série de obstáculos. A realidade escolar no Brasil é muitas vezes permeada por desigualdades socioeconômicas, falta de infraestrutura, preconceitos étnicos e raciais, além de uma formação inadequada dos profissionais para lidar com a diversidade e os direitos humanos no contexto da educação. A implementação dos direitos humanos nas escolas também esbarra em desafios culturais, uma vez que questões como racismo, homofobia, sexismo e intolerância religiosa continuam a ser problemas recorrentes no ambiente escolar, dificultando a criação de um espaço seguro e inclusivo para todos (Souza & Chauí, 2014).

Além disso, a resistência a propostas de educação para os direitos humanos pode ser observada em algumas instituições de ensino, onde a ideia de trabalhar temas relacionados a diversidade, igualdade e inclusão ainda é vista como algo secundário ou até mesmo controverso. A formação inicial dos professores, embora tenha avançado nos últimos anos, ainda apresenta lacunas em termos de preparar os profissionais para lidar com a complexidade dos direitos humanos e os desafios da educação inclusiva, o que reflete diretamente na qualidade do ensino (Lima et al., 2025; Lima & Menezes, 2025).

Os movimentos sociais e as organizações da sociedade civil têm desempenhado um papel importante na defesa da educação como um direito humano fundamental, pressionando o governo

e as instituições educacionais a adotarem políticas públicas mais eficazes. No entanto, a falta de articulação entre as políticas públicas de educação e as estratégias de promoção de direitos humanos continua a ser um desafio significativo. A educação básica, especialmente nas regiões periféricas e mais pobres do Brasil, carece de recursos adequados, o que impacta diretamente na implementação de uma educação de qualidade que garanta a promoção dos direitos humanos (Jahnke et al., 2025).

Este cenário se agrava quando se considera que muitos alunos que ingressam na escola não têm condições de participar plenamente do processo educacional devido a fatores como a falta de suporte familiar, violência doméstica, abuso de substâncias ou discriminação social. Nesse contexto, a escola não pode ser vista apenas como um espaço de transmissão de conteúdo acadêmico, mas como um espaço de formação cidadã, em que os direitos humanos devem ser discutidos, vivenciados e respeitados no cotidiano. O ambiente escolar precisa ser um reflexo dos princípios constitucionais, que garantem a dignidade humana, a igualdade e a liberdade (Lima et al., 2025).

Diante dessa problemática, o objetivo desta pesquisa foi analisar os desafios enfrentados pelas escolas brasileiras na implementação dos direitos humanos, à luz das normas constitucionais, e como os profissionais da educação lidam com esses desafios no contexto escolar. A pesquisa busca contribuir para o entendimento de como as políticas de educação e direitos humanos podem ser mais eficazmente implementadas nas escolas e como os profissionais podem ser mais bem preparados para enfrentar essas questões no cotidiano escolar.

METODOLOGIA

A pesquisa foi de natureza descritiva, com uma abordagem qualitativa, a fim de compreender as experiências e percepções dos profissionais da educação sobre os desafios da implementação dos direitos humanos nas escolas brasileiras. A amostra foi composta por 15 profissionais da educação, sendo 5 professores, 5 gestores escolares e 5 pedagogos, selecionados em escolas públicas e privadas localizadas na região metropolitana de uma grande cidade brasileira. A escolha da amostra visou representar diferentes pontos de vista sobre o tema, com a intenção de compreender as diversas dimensões da realidade escolar.

A coleta de dados foi realizada por meio de entrevistas semi-estruturadas, com questões abertas, permitindo que os entrevistados expusessem suas opiniões, experiências e desafios de

forma detalhada. As entrevistas foram realizadas seguindo um roteiro de perguntas elaborado previamente, mas com a flexibilidade necessária para que os participantes pudessem aprofundar-se nos aspectos que consideravam mais relevantes sobre a implementação dos direitos humanos na educação. O roteiro abordava temas como o conhecimento dos profissionais sobre as normas constitucionais e direitos humanos, a percepção sobre a eficácia dessas normas no contexto escolar, as dificuldades encontradas para promover uma educação inclusiva e a implementação de políticas públicas voltadas para a cidadania e direitos humanos.

O procedimento de coleta de dados foi seguido por uma análise de conteúdo, que permitiu identificar os principais temas e padrões nas respostas dos participantes. A análise foi conduzida de forma sistemática, com a categorização das respostas em tópicos, tais como preconceito e discriminação, formação continuada dos professores, estruturas de apoio escolar, políticas públicas de direitos humanos e experiências de implementação.

RESULTADOS E ANÁLISE

Os resultados revelaram que, embora a maioria dos profissionais tenha um conhecimento razoável sobre as normas constitucionais e a importância dos direitos humanos na educação, as dificuldades práticas para implementar esses princípios nas escolas ainda são consideráveis. Embora o conhecimento das leis e princípios que regem os direitos humanos seja amplamente reconhecido pelos educadores, a aplicação desses conceitos em um ambiente escolar real enfrenta desafios significativos.

Os profissionais relataram a dificuldade de lidar com questões complexas, como o preconceito racial e a exclusão de alunos com deficiência, que são frequentemente observados no cotidiano das escolas. A falta de recursos, a resistência cultural e até mesmo a estrutura burocrática das instituições educacionais muitas vezes impedem que as ações educativas previstas nas normas sejam efetivamente aplicadas, criando um hiato entre o conhecimento teórico e a prática.

Além disso, a resistência de parte dos educadores e das comunidades escolares em lidar com temas considerados "delicados", como o racismo, a homofobia e a discriminação contra pessoas com deficiência, é uma questão crítica. De acordo com os respondentes, esses temas, apesar de fundamentais para a promoção dos direitos humanos, muitas vezes são tratados com superficialidade ou até evitados, seja por falta de preparo, seja por receio das reações da

comunidade escolar. Esse comportamento reflete uma cultura escolar que, em muitos casos, ainda não está totalmente preparada para lidar com a diversidade de maneira inclusiva. Ou seja, embora a educação para os direitos humanos esteja prevista nas diretrizes legais, a implementação de ações concretas nos espaços escolares esbarra em um conservadorismo cultural e em práticas pedagógicas ultrapassadas que não favorecem a promoção da igualdade e da inclusão.

Segundo o respondente E05, professor de uma escola pública, "as normas estão bem claras, mas no dia a dia, lidamos com muitas questões que parecem ir contra os direitos humanos, como o bullying racial e a exclusão de alunos com deficiência. Às vezes, não sabemos como agir, e a formação que recebemos na faculdade nem sempre nos prepara para essas situações". Esse depoimento evidencia um ponto crucial sobre a formação inicial dos educadores.

A teoria que os professores aprendem na universidade muitas vezes não se traduz em uma prática efetiva diante dos desafios diários encontrados nas escolas. O exemplo do bullying racial e da exclusão de alunos com deficiência é recorrente nas respostas, indicando que, apesar do conhecimento teórico, a falta de capacitação prática para lidar com esses problemas dentro da sala de aula é um obstáculo significativo. A formação docente precisa ser mais voltada para a realidade da diversidade escolar, com técnicas de gestão de conflitos, mediação e promoção de um ambiente inclusivo.

Além disso, a falta de suporte pedagógico dentro das próprias escolas agrava o quadro. Muitos docentes relatam que não possuem uma rede de apoio sólida, como orientadores pedagógicos ou psicólogos, que possam ajudar na mediação de conflitos ou no desenvolvimento de práticas educativas voltadas à inclusão. Isso se soma ao fato de que, muitas vezes, o tempo de planejamento das atividades escolares não é suficiente para se dedicar a esses temas, que demandam um trabalho contínuo e especializado. Assim, a falta de estratégias pedagógicas claras sobre como aplicar os direitos humanos na educação e a ausência de recursos pedagógicos adequados para abordar esses problemas de forma eficaz tornam a tarefa de enfrentar o bullying racial e a exclusão social extremamente desafiadora para os professores.

Já a gestora E08, que trabalha em uma escola privada, destacou que "existem iniciativas dentro da escola para promover a educação em direitos humanos, mas o verdadeiro problema é a falta de política pública eficaz que nos forneça recursos, tanto financeiros quanto humanos, para implementar essas práticas de forma efetiva. Precisamos de mais apoio institucional". Esse depoimento reflete uma crítica importante sobre a falta de políticas públicas que realmente atendam às necessidades da educação no contexto dos direitos humanos.

Mesmo em escolas privadas, onde, teoricamente, os recursos são mais abundantes, a dificuldade em implementar programas consistentes de educação para os direitos humanos aponta para uma deficiência no planejamento e no apoio das políticas governamentais. A ausência de investimentos contínuos em capacitação de professores, em infraestrutura e em materiais didáticos adequados impede que as escolas realmente possam cumprir a sua função de promover a cidadania plena e a igualdade de direitos para todos os alunos.

A falta de um aparelhamento institucional eficaz também é observada no setor público, onde as escolas enfrentam ainda mais limitações de recursos. Sem incentivos fiscais ou subsídios governamentais para programas de formação, muitos educadores são forçados a lidar com a implementação de uma agenda tão ampla quanto a de direitos humanos sem as ferramentas necessárias para lidar com os desafios. Além disso, a falta de coordenação interinstitucional entre as esferas federal, estadual e municipal para integrar ações de políticas públicas no setor educacional tem como consequência a fragmentação de ações, o que compromete a eficácia das iniciativas e sua implementação nas escolas de maneira uniforme.

De forma geral, as respostas revelaram que, apesar das boas intenções e do conhecimento teórico, muitos profissionais enfrentam dificuldades em aplicar as normas constitucionais no dia a dia escolar devido à falta de recursos adequados, à resistência cultural de parte da comunidade escolar e à ausência de uma estrutura sólida para capacitação contínua. Como destacado anteriormente, a resistência cultural é um dos principais obstáculos para a efetiva aplicação dos direitos humanos na educação. As escolas brasileiras, especialmente em áreas mais conservadoras, enfrentam uma cultura de resistência à diversidade e à promoção de valores como a igualdade racial, a liberdade religiosa e a aceitação das diferentes orientações sexuais. Isso é alimentado por um contexto social mais amplo, no qual a intolerância e o preconceito se perpetuam.

Esse ambiente de resistência é frequentemente alimentado por discursos populistas que não reconhecem a importância da educação como ferramenta para combater as desigualdades e promover uma sociedade mais inclusiva. Como resultado, a implementação de políticas públicas que promovam a educação para os direitos humanos se torna uma tarefa difícil, já que, muitas vezes, a própria comunidade escolar e os educadores precisam superar crenças pessoais e valores de ordem mais conservadora para integrar práticas pedagógicas inclusivas. A falta de apoio social e político para os educadores, especialmente os que atuam nas áreas mais vulneráveis, também dificulta a criação de um ambiente onde os direitos humanos são respeitados e promovidos de

maneira contínua.

Além disso, o preconceito estrutural, especialmente em relação a minorias, continua sendo um obstáculo significativo para a efetiva promoção dos direitos humanos nas escolas. O preconceito racial e a discriminação contra mulheres e pessoas LGBTQIA+ continuam presentes no cotidiano escolar, seja no tratamento desigual dado aos alunos, seja nas práticas pedagógicas que reforçam estereótipos negativos.

De acordo com o pedagogo E12, "muitas vezes, a resistência à mudança vem de um lugar de ignorância, mas também de medo. Medo de confrontar realidades difíceis, como o preconceito de classe, racial ou de gênero que está tão enraizado na sociedade". Isso reflete a percepção de que muitos profissionais da educação ainda se veem impotentes diante da complexidade das questões sociais que permeiam o ambiente escolar.

Esse medo, muitas vezes, é alimentado pela falta de uma formação sólida sobre como trabalhar a diversidade e os direitos humanos no contexto escolar, além de uma estrutura institucional que não oferece o devido suporte psicológico e pedagógico. A resistência à mudança, portanto, não é apenas uma questão de desconhecimento, mas também de um medo legítimo de não saber como lidar com a complexidade desses temas em um ambiente em que muitos ainda não foram educados para promover a inclusão e o respeito às diferenças. Isso aponta para uma necessidade urgente de reformulação da formação de professores e do suporte institucional para que a promoção dos direitos humanos na educação seja uma realidade em todas as escolas brasileiras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa conclui que, embora o Brasil possua uma base legal robusta que garante os direitos humanos e a promoção da educação inclusiva, a implementação prática desses princípios nas escolas ainda enfrenta uma série de obstáculos. Apesar da clareza das normas constitucionais e das diretrizes legais que estabelecem os direitos humanos como um pilar fundamental da educação, os desafios encontrados no cotidiano escolar são muitos. A lacuna entre o que está prescrito na legislação e a realidade das salas de aula reflete as limitações estruturais e culturais que ainda perpassam o ambiente educacional brasileiro. O primeiro grande obstáculo identificado é a falta de preparo adequado dos educadores, que, apesar de terem um bom conhecimento teórico, frequentemente não recebem uma formação prática suficiente para lidar com as questões

complexas relacionadas aos direitos humanos, como preconceito racial, discriminação de gênero, e exclusão de pessoas com deficiência.

Além disso, a pesquisa evidenciou que a ausência de recursos adequados nas escolas é outro fator crítico que dificulta a implementação efetiva das normas sobre direitos humanos. Muitas escolas, especialmente as públicas, enfrentam a escassez de infraestrutura e de materiais pedagógicos que são essenciais para a promoção de um ambiente escolar inclusivo. A falta de profissionais especializados, como psicólogos e assistentes sociais, também é uma lacuna significativa que compromete a capacitação dos educadores e o apoio necessário aos alunos que enfrentam discriminação ou marginalização dentro do espaço escolar. Assim, sem o suporte adequado e os recursos necessários, as escolas têm dificuldades em aplicar as políticas públicas de maneira efetiva.

A resistência cultural presente em boa parte da comunidade escolar, incluindo pais, alunos e até mesmo educadores, também se mostrou um obstáculo substancial. A pesquisa indicou que a educação para os direitos humanos muitas vezes é vista com desconfiança ou como um tema periférico, que não deve ser abordado de forma intensa nas escolas. Isso se deve a uma série de fatores, como a presença de valores conservadores que ainda predominam em muitos contextos, além da falta de compreensão sobre a importância da educação para a cidadania e para a promoção da igualdade. Essa resistência muitas vezes é alimentada pela ignorância sobre as questões sociais e culturais que afetam a sociedade, como o racismo, a homofobia e a exclusão de pessoas com deficiência. Assim, a transformação do ambiente escolar para um espaço inclusivo e democrático exige não apenas a mudança nas práticas pedagógicas, mas também uma mudança nas mentalidades e atitudes da comunidade escolar.

Outro ponto crucial identificado pela pesquisa foi a necessidade urgente de políticas públicas mais eficazes e direcionadas para a implementação dos direitos humanos no contexto escolar. As políticas existentes, embora adequadas em termos de diretrizes, muitas vezes carecem de um planejamento operacional adequado, que possibilite a sua concretização no dia a dia das escolas. Isso inclui, por exemplo, financiamento adequado para programas de formação de educadores, investimento em infraestrutura escolar e o fortalecimento de estruturas de apoio psicológico e pedagógico dentro das instituições de ensino. É fundamental que as políticas públicas se integrem de maneira mais efetiva com as necessidades reais das escolas, atendendo às diversas particularidades de cada região e realidade educacional.

A pesquisa também revelou que a formação dos educadores deve ser repensada para ser

mais inclusiva e prática. A formação inicial, embora essencial, muitas vezes não é suficiente para capacitar os docentes a lidarem com as questões de diversidade e direitos humanos no cotidiano escolar. Portanto, a formação continuada emerge como uma necessidade premente. Programas de capacitação contínua e de atualização pedagógica são fundamentais para garantir que os professores possam lidar com as complexas questões de inclusão e diversidade que surgem no ambiente escolar. A educação de direitos humanos precisa ser incorporada no currículo dos cursos de formação de professores, de maneira que esses profissionais adquiram habilidades práticas para lidar com o preconceito, a exclusão e a intolerância.

Além disso, para que a educação no Brasil possa ser verdadeiramente inclusiva, é fundamental que haja uma revalorização da diversidade e da cidadania dentro do sistema educacional. Isso implica, não apenas em uma formação mais aprofundada para os educadores, mas também em mudanças nas abordagens pedagógicas, com o objetivo de promover ambientes mais democráticos e equitativos. A escola deve ser um espaço de acolhimento para todas as identidades e realidades, respeitando as diferenças e promovendo o direito de cada aluno a uma educação plena e igualitária. Esse processo de transformação demanda uma ação integrada e coordenada entre os gestores escolares, os educadores, as famílias e os estudantes, além do apoio ativo das políticas públicas.

Portanto, a pesquisa aponta que a construção de uma educação inclusiva e a efetivação dos direitos humanos nas escolas brasileiras não será possível sem um esforço coletivo e sem o comprometimento de todos os envolvidos. As instituições educacionais devem ser vistas como agentes de transformação social, que têm a responsabilidade de combater as desigualdades e promover a igualdade de direitos. Para isso, é necessário garantir que as escolas tenham os recursos financeiros e humanos necessários, que os educadores recebam uma formação contínua e adequada, e que as políticas públicas sejam direcionadas e aplicadas de forma mais eficiente. A construção de uma sociedade mais justa e igualitária começa, efetivamente, dentro das escolas, com a educação como instrumento fundamental para a construção de uma cultura de paz, respeito e inclusão.

REFERÊNCIAS

CHAUÍ, M. Direitos Humanos e Educação. Revista Interdisciplinar de Direitos Humanos, Bauru, v. 10, n. 2, p. 23–26, 2022.

JAHNKE, J. F.; VELEZ, W. M.; LIMA, L. A. de O.; NASCIMENTO, T. C. do; SIQUEIRA, A. C. de; SANTOS, L. dos; ALMEIDA, T. G. de; MENEZES, N. C. R.; MARTIN, P. R. C. de;

MARTINS, H. F.; ARAUJO, W. E. L. de; SANTOS, D. S. dos. Gestão Escolar e Inovação no Contexto da Educação 4.0: o Papel das Tecnologias na Melhoria dos Processos Educativos. Revista de Gestão e Secretariado, [S. l.], v. 16, n. 10, p. e5330, 2025. DOI: 10.7769/gesec.v16i10.5330.

LIMA, L. A. de O.; JAHNKE, J. F.; JESUS, E. L. de; PEREIRA, R.; RIBEIRO, C. M. G.; PEDRO, A. M. Tecnologias de Informação e Comunicação na Globalização: Conexões, Desigualdades e Transformações Socioculturais. Revista de Gestão e Secretariado, [S. l.], v. 16, n. 8, p. e5222, 2025. DOI: 10.7769/gesec.v16i8.5222.

LIMA, Lucas Alves de Oliveira; MENEZES, Sady Júnior Martins da Costa de. Programa de Educação Tutorial (PET): perspectivas históricas, fundamentos e as contribuições para a minimização da evasão estudantil no nível superior. Cadernos Cajuína, [S. l.], v. 10, n. 3, p. e1088, 2025. DOI: 10.52641/cadcajv10i3.1088.

LIMA, L. A. de O.; INDIANI, L.; OLIVEIRA, P. M. S.; DRESCH, F.; FAVETTI, I.; WINK, J. O.; WOLSCHICK, A. T. N.; GUSATTO, D.; KNOLLSEISEN, A. C. G.; SOEHN, L. Educação midiática: desafios e oportunidades no uso de tecnologias digitais. Caderno Pedagógico, [S. l.], v. 22, n. 9, p. e18273, 2025. DOI: 10.54033/cadpedv22n9-251.

SAVIANI, Dermeval. Vicissitudes e perspectivas do direito à educação no Brasil: abordagem histórica e situação atual. Educação e Sociedade, Campinas, v. 34, n. 124, p. 743-760, jul./set. 2013.

SILVA, C. A. C. da; FEITOSA, C. C. de A.; SOARES, E. K. de B. G. M. PSEUDOCIÊNCIA NOS TRIBUNAIS BRASILEIROS: RISCOS DA CONSTELAÇÃO FAMILIAR E DA CHAMADA SÍNDROME DAS FALSAS MEMÓRIAS NA PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES. Revista DCS, [S. l.], v. 22, n. 81, p. e3352, 2025. DOI: 10.54899/dcs.v22i81.3352

SILVA, ROBSON TAVARES DA ; LIMA, Lucas Alves de Oliveira; SILVA, ROBSON DIAS DA. TRANSFORMAÇÃO DIGITAL, DESENVOLVIMENTO E DESAFIOS SOCIAIS NO CONTEXTO DA INDÚSTRIA 4.0. Revista de Derecho y Câmbio Social, v. 22, p. e3555, 2025. <https://doi.org/10.54899/dcs.v22i83.3555>

SOUZA, Boaventura de Sousa Santos; CHAUI, Marilena. Direitos humanos, democracia e desenvolvimento São Paulo: Cortez Editora, 2014.